

Ataque corporativo dos BRICS durante o extrativismo africano

BARUTI AMISI
BOBBY PEEK
FARAI MAGUWU

1 CORPORAÇÕES DOS BRICS NA ÁFRICA

A tradição secular da pilhagem, seguida pela conferência de Berlim, que em 1885 iniciou a “partilha da África”, está sendo repetida agora num ataque predatório dos países do BRICS aos recursos do continente africano. As grandes corporações do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul não estão comprometidas com o desenvolvimento para as pessoas comuns – nem na terra natal ou nos países vítimas. À medida em que os BRICS entram na África, quem ganha são as multinacionais e paraestatais, incluindo algumas empresas baseadas nos países industrializados – por

exemplo, o império a retalho do Walmart – que compram insumos semiprocessados ou produtos acabados dos países do BRICS, juntamente com as elites locais, que facilitam os saques mediante corrupção, aumento de custos e acesso ao fornecimento de energia mais barato.

Muitos países africanos, se não todos, estão localizados na extremidade do que Wallerstein há trinta anos chamou de relação de núcleo de periferia, uma posição que os empobrece criando vantagens para os países industrializados e ricos no núcleo. Os integrantes do BRICS representam tentativas subimperialistas de

BARUTI AMISI

Doutorando em Ciências Sociais na Universidade KwalaZulu-Natal (Durban, África do Sul) e pesquisador do Centre for Civil Society.
amisi@ukzn.ac.za

BOBBY PEEK

Diretor do GroundWork/ Friends of the Earth-South Africa (Pietermaritzburg, África do Sul).
bobby@groundwork.org.za

FARAI MAGUWU

Doutorando em Ciências Sociais na Universidade KwalaZulu-Natal (Durban, África do Sul), pesquisador do Centre for Civil Society e diretor do Center for Natural Resource Governance do Zimbábue.

RECEBIDO EM 10 DE ABRIL DE 2013

APROVADO EM 19 DE MAIO DE 2013

melhorar sua posição relativamente ao sistema mundial, movendo-se em direção à potência imperialista e, posteriormente, até mesmo ao estatuto de superpotência imperialista, como a experiência que a URSS já teve. Referidos países detêm diversos níveis de desenvolvimento econômico e influência política, entre estes, interesses escusos no continente africano, na RDC em particular, e posições geopolíticas diferentes na política mundial.

Mas todos eles compartilham quatro características em comum. Primeiro, os países do BRICS representam oportunidades importantes para o investimento estrangeiro direto (IED), que é atraído para megaprojetos de desenvolvimento como o projeto hidrelétrico Inga do rio Congo ou para a extração de petróleo, empobrecendo as mesmas pessoas a que se propuseram enriquecer. O empobrecimento ocorre mediante expropriação de recursos naturais, com pouca ou nenhuma compensação, divisão desigual dos custos e benefícios dos megaprojetos de desenvolvimento, pagamento de dívidas contraídas para a construção desses projetos e exclusão estrutural no acesso aos resultados de tais iniciativas.

Em segundo lugar, os países do BRICS compartilham o mesmo *modus operandi* nas suas diferentes fases do imperialismo, tanto para os países que estiveram ativos na África por um tempo muito longo (Rússia e China), o recém-chegado (Índia), ou os que têm papel de subimperialistas tradicionais (Brasil e África do Sul). O padrão é semelhante: a acumulação por expropriação ocorre por meio do abuso da política local, das elites nacionais, dos generais e das economias de guerra, como aconteceu no leste da RDC, onde a disputa entre os BRICS e o Ocidente como consumidores dos minerais escoados resultou na morte de cerca de seis milhões de pessoas.

Em terceiro lugar, os países do BRICS compartilham os mesmos interesses em termos de recursos naturais, incluindo mineração, petróleo, gás, megaprojetos de barragens de água e de eletricidade para atender às suas crescentes demandas de energia barata e abundante. Eles também estão envolvidos ativamente na busca de novos mercados e promovem a construção de estradas, linhas férreas, pontes, portos e outras infraestruturas. Mas estas

infraestruturas não se diferem das da era colonial, que serviam para extrair matéria-prima para o mercado mundial.

Em quarto lugar, os países do BRICS têm baixos registros de regulamentação ambiental. Não há praticamente nenhum compromisso com a mitigação das mudanças climáticas e investimentos em energia verdadeiramente renovável. Não há avaliações de impacto ambiental realmente sério e nem consultas e compensações às comunidades afetadas negativamente.

Com a queda de três países do BRICS em 2013 para se juntar ao grupo dos “cinco frágeis”, e da colisão da Rússia em março de 2014 por conta das suas implicações na política ucraniana e a usurpação de terras na Crimeia, seguindo o comércio deficitário da China em fevereiro de 2014, uma vez que a maior parte das companhias industriais reduziram suas produções, existe certo desespero. Os preços das mercadorias importantes, tais como o cobre e o ferro, estão a baixar como resultado disso. Os BRICS parecem precisar de novos nichos de mercado, assim como precisam de energia barata através de petróleo, carvão e energia hidrelétrica, o que pode auxiliar na extração de baixo custo e transporte. No entanto, cada país dos BRICS é diferente.

1.1 Brasil

A abordagem do Brasil em relação aos recursos naturais da África parece ser caracterizada pela retórica da indigenização para promover seus interesses subimperialistas e das outras potências imperialistas. Usam-se laços históricos com pessoas de ascendência africana para estabelecer e assinar contratos lucrativos no continente. Importa ressaltar que o Brasil tem a maior população de negros do mundo depois da Nigéria.

Evidentemente, o Brasil tem interesses na mineração africana. A Vale, segunda maior mineradora do mundo, explora carvão em Moçambique desde 2004. Outras oportunidades mineiras abundam em Angola, na República Democrática do Congo e África do Sul. Em termos de infraestrutura, a Odebrecht é a maior empresa de construção do Brasil, e está construindo barragens, moradia e hospitais. Há cada vez mais investimentos na área de petróleo, agrocombustíveis, diamantes e no setor de supermercados. No setor de energia, a Petrobrás, um

grupo controlado pelo Estado, está adquirindo novos direitos de exploração e aumentando a produção.

As importações brasileiras da África são majoritariamente de minerais e matéria-prima, representando 80%, enquanto as importações do Brasil para a África são diversificadas e incluem produtos agrícolas (açúcar, laticínios, carne, cereais), veículos e peças, reatores nucleares, máquinas, minérios e pó vulcânico. Entre os principais parceiros comerciais do Brasil na África constam a Nigéria (32%), a Angola (16%), a Argélia (12%), a África do Sul (10%) e a Líbia (7%). Estes países constituem 77% do total do comércio do Brasil com o continente.

De acordo com um estudioso do BRICS, Oliver Stuenkel, os interesses econômicos e comerciais do Brasil estão se tornando muito mais visíveis do que antes. O Petronas está presente em 28 países e investiu 1.900 bilhões de dólares em carvão, petróleo e gás natural, na Nigéria, em 2005. A Eletrobrás planejou construir uma usina hidrelétrica de 6 bilhões de dólares americanos em Moçambique, o que provavelmente será financiado pelo BNDES, que oferece mais financiamento que o Banco Mundial. Em 2007, a Vale investiu 700 milhões de dólares em carvão, petróleo e gás natural em Moçambique e assinou recentemente um acordo de \$1 bilhão para construir uma ferrovia no Malawi para escoar carvão de Moçambique.

1.2 Rússia

A posição da Rússia na corrida para os recursos naturais no continente africano é ambígua. Este país tem a vantagem histórica nas suas relações e envolvimento nas guerras anticoloniais e por ter fracassado nas tentativas de criar estados comunistas no continente para avançar nos seus interesses políticos e econômicos. Alguns oficiais de relevo na Rússia acreditam que foram deixados para trás na disputa pelas riquezas naturais da África. Como o então presidente Medvedev disse em 2009, “francamente, nós chegamos tarde demais. Deveríamos ter começado a trabalhar com os nossos parceiros africanos mais cedo”.

Os russos podem usar a retórica da exclusão histórica e exploração para pressionar os líderes africanos a dar-lhes contratos lucrativos na exploração e processamento de recursos naturais,

projetos de construção e comércio de armas. Como observado, as relações Rússia-África atingiram seu pico na década de 1960, que, aliás, coincidiu com a onda de independência de vários países do continente.

Mas estas relações regrediram de forma significativa em 1991, quando Boris Yeltsin, o primeiro presidente da federação russa, declarou que “a política da Rússia de ajuda externa seria interrompida e que a Rússia iria pedir aos países africanos para pagar suas dívidas o mais rápido possível”. Este período também concorre com a dissolução da União Soviética e com a introdução da economia de mercado na Rússia.

Ultimamente, porém, as relações Rússia-África estão tomando um novo rumo devido à busca da Rússia por novos recursos naturais e “nichos” de mercado para produtos russos. A Rússia também precisa do apoio dos países em desenvolvimento para reforçar sua voz em diferentes órgãos das Nações Unidas em torno das questões prementes como as crises na Chechênia e na Crimeia, além dos conflitos internacionais, violações dos direitos humanos e a falta de liberdade de expressão de indivíduos que se opõem ou apoiam a mudança de regime.

As prioridades da Rússia para sua estratégia econômica externa na região incluem, mas não apenas, o seguinte: (1) a prospecção, mineração, petróleo, construção e mineração, compra de gás, de petróleo, urânio, e os ativos de bauxita (Angola, Nigéria, Sudão, África do Sul, Namíbia, etc.); (2) construção de usinas elétricas, instalações hidrelétricas no rio Congo (Angola, Zâmbia, Namíbia e Guiné Equatorial) e usinas de energia nuclear (África do Sul e Nigéria); (3) criação de uma usina nuclear flutuante e a participação sul-africana no projeto internacional para construir um centro de enriquecimento de urânio na Rússia; (4) construção de linha férrea (Nigéria, Guiné e Angola); e (5) instalação de casas comerciais russas para a promoção e manutenção de produtos de engenharia da Rússia (Nigéria e África do Sul).

Neste contexto, a prospecção e mineração representam a primeira prioridade da política externa da economia da Rússia para ter acesso a fonte de abastecimento de minerais essenciais – como zinco, manganês, cobre, níquel e platina – fundamentais

para o funcionamento de uma economia moderna, mas esta fonte irá esgotar na próxima década ou tornar-se de difícil acesso e cara. Como observado, a África é o melhor destino para a nova disputa porque tem disponibilidade desses recursos e baixo custo de exploração. A Rússia também tem interesses militares e de armas na África. De fato, a Rússia é o segundo maior exportador de armas, e em 2011 acumulou um valor total de 66,8 bilhões de dólares americanos.

A maioria destas atividades é levada por grandes empresas russas, isoladamente ou em parceria com empresas mineradoras nacionais:

- A Renova Company, recentemente adquirida ao governo sul-africano;

- A RusAl, prestes a concluir a aquisição da ainda incompleta Fábrica Nigeriana de Fundição de Alumínio, Alscón;

- A RusAl vai participar no processo de privatização de outra fábrica de fundição em Tema (Gana), que ao contrário dos projetos na Nigéria e Congo, está operacional e fornece alumínio ao mercado americano;

- A Alrosa detém 32,8% das ações da Sociedade Mineira Katoka que administra um complexo industrial em Angola;

- A Renova parece estar também interessada na empresa mineira sul-africana Lonmin, a terceira maior produtora mundial de alumínio;

- As ações da SUAL e da Fleming Family and Partners (FF&P), empresa de investimento britânico, estão concentradas na África Subsaariana (como é o caso da produção de tântalo em Moçambique).

Portanto, o envolvimento da Rússia na extração e transformação de recursos naturais africanos ocorre através de cinco empresas russas – RusAl, Norilsk Nickel, Alrosa e Renova – que pretende investir pelo menos 5 bilhões de dólares, na África Subsaariana, durante os próximos cinco anos.

1.3 Índia

A Índia possui vínculos históricos com a África desde o século IX, quando da colonização britânica, e esteve ativamente envolvida nas lutas anticoloniais e de libertação, bem como no apoio diplomático e solidariedade para com os novos países africanos emergentes. Contudo, houve relações comerciais limitadas e alguns casos de antagonismo e negligência entre Índia-África, apesar da migração indiana para a África. Ademais, o apoio técnico oferecido aos países africanos pela Índia no início dos anos 1970 foi bastante modesto.

À medida que sua economia cresce, a Índia aumenta também seus interesses comerciais, exportações e cooperação para além da África Austral e Oriental e para muitos outros países africanos. Também formou mais de 1.500 africanos nas suas universidades. A presença da Índia na África se verifica através de empreendedores e interesses comerciais privados.

Os interesses comerciais indianos são principalmente dominados por empresas como Tata Motors, Jindal Coal, Vendata Mining (no Copper Industry da Zâmbia), Dabur, Marico, Essar Group, Godrej, Bharti Airtel, Kirloskar, Karuturi Agro Products (na Etiópia), e diversas outras empresas farmacêuticas. Atualmente a Índia tem participação na Oil and Natural Gas Company (ONGC), na indústria do aço através da Mittal Steel, e numa série de negociações de compras na Nigéria em 2006. A marinha indiana está também envolvida em operações militares contra piratas somalis, a norte do Oceano Índico. Além disso, tem interesses na indústria de diamantes no Zimbábue, com um investimento de 1,2 milhão de dólares; e detém reservas de urânio na Namíbia e Malawi.

Enquanto a África supre cerca de 20% das importações de combustível da Índia, 30% das necessidades energéticas indianas são atendidas através do petróleo, mas 70% deste produto é importado. Os restantes são alimentados mediante reservas nacionais de carvão. Espera-se que as necessidades de energia da Índia dupliquem em 2015, forçando o país a importar 90% das suas necessidades de petróleo. Por isso a Índia é obrigada a diversificar seus fornecedores de combustível por meio da exploração e produção de petróleo, o que é feito pela Oil and National Gas Corporation,

que se aventurou para o continente africano, exemplo dos casos da exploração de petróleo na Líbia e Nigéria, e dos investimentos em hidrocarbonetos no Sudão e prospecção de petróleo *off-shore* na Costa do Marfim.

A política externa da Índia é caracterizada pela disponibilidade de cooperação com vários parceiros intranacionais, sem ligações fortes ou relações de dependência com qualquer um deles. Consequentemente, a Índia mantém relações fortes com a Rússia (seu maior fornecedor de armamento) e está igualmente a desenvolver relações positivas com vários parceiros asiáticos, incluídos o Japão e a Coreia do Sul, com quem assinou acordos estratégicos de parceria em 2006 e 2010, respectivamente, bem como com outros países da Ásia Central, ricos em recursos naturais.

1.4 China

Desde os anos 1960, a China esteve envolvida em várias lutas de libertação na África, mediante treino militar e apoio logístico. Também forneceu ajuda para o desenvolvimento de alguns países como é o caso do projeto Tanzânia – Zâmbia Railway (Tazara) – Linha Férrea Tânzania-Zâmbia, que é ainda o maior símbolo da ajuda chinesa. Com uma construção que custou um empréstimo de cerca de 412 milhões de dólares, sem juros, o projeto Tazara foi concebido e construído nos anos 1960 como alternativa aos portos sul-africanos para exportação de recursos minerais extraídos da África Central.

Ademais, desempenhou um papel prático e ideológico no âmbito da estratégia política de Beijing para contrapor a autoridade de Moscou na África Oriental. Os interesses da China na África foram renovados pela sua crescente necessidade de recursos naturais, e, sem sombra de dúvidas, os líderes políticos africanos foram sempre favoráveis à presença chinesa. Contudo, a opinião pública sempre esteve indefinida e de acordo com sondagens mais recentes, a África do Sul sempre temeu que a China constituísse ameaça.

De modo geral, a China tem quatro interesses principais na África: (1) Acesso às matérias-primas, (2) acesso a novos mercados, (3) influência política; e (4) isolamento de Taiwan dos países

africanos. De acordo com o acadêmico norte-americano David Shinn, a China importa cerca de 90% das suas exigências de cobalto, 35% de manganês, 30% de tântalo e 5% de madeira bruta a partir do continente africano. Em 2003, consumiu 25% da produção mundial de aço e alumínio; 32% da produção mundial de carvão mineral e ferro e 40% da produção mundial de cimento. Estes dados, desde então, nunca mais pararam de crescer. As importações da África para a China são lideradas por Angola, seu segundo maior fornecedor particular de petróleo, seguido do Sudão e da Nigéria, o que corresponde a 32% das suas importações de petróleo.

À semelhança dos países ocidentais, o crescimento econômico chinês vai sempre em paralelo com a urgência de novos mercados para sustentar sua indústria. Desde o ano 2000, as exportações da China para a África têm aumentado. Contudo, 60% dessas exportações vão apenas para seis países africanos, nomeadamente: África do Sul, Egito, Nigéria, Argélia, Marrocos e Benin. A exportação de máquinas, automóveis e produtos eletrônicos, que representam mais da metade das exportações chinesas para África, está também a aumentar.

Em contrapartida a estas exportações, a China impõe aos países africanos mais pobres o princípio de uma China única e indivisível, ou seja, tais países devem reconhecer apenas a China, e considerar que Taiwan faz parte dela. Taiwan continua a ser uma pedra no sapato. Consequentemente, a China usa seus poderes econômicos e geopolíticos bem como seu poder de veto para punir países africanos que possuem relações diplomáticas com Taiwan, apesar de o Partido Comunista Chinês aceitar relações comerciais com este país.

Evidentemente, a China precisa da África para reforçar sua posição política nos assuntos globais e por isso usa o crescimento do seu poder econômico, através de dois dos seus principais interesses ora referidos, para obter apoio dos 54 países africanos, que atualmente representam um quarto dos 193 países-membro das Nações Unidas, em instituições como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos e a Organização Mundial do Comércio onde ocorrem disputas e negociações intermináveis.

1.5 África Do Sul

A África do Sul tem dois grandes interesses em jogo. Primeiro, sua hegemonia regional e a necessidade de expansão política e econômica, o que é feito através de missões de paz e ajuda humanitária a países em conflitos. Ela usa essas missões como trampolim para a conquista econômica de novos territórios e regiões que antes eram diretamente exploradas por países ocidentais.

O investimento de capitalistas sul-africanos na África tem sido nas áreas dos recursos minerais, bancária, no setor da defesa, comércio e turismo, atividades que na sua maioria requerem mão de obra barata. Em segundo lugar, há também o papel de intermediário ou subimperialista desempenhado pela África do Sul nas relações entre imperialistas econômicos e potências militares como os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e outros, e países pobres e em desenvolvimento, mas com recursos naturais abundantes na sua periferia, incluindo, mas não limitados a RDC, Moçambique, Zâmbia e outros.

O subimperialismo sul-africano está invadindo a África através de empresas mineradoras nacionais e estrangeiras, estabelecidas a longo prazo nesses países, incluindo companhias como Anglo American, De Beers e BHP Billiton, as quais antes estavam sediadas na África do Sul. Atualmente existem até algumas empresas pertencentes a indivíduos de raça negra, tal como African Rainbow Minerals, e alguns outros pequenos investimentos de pessoas próximas ao presidente e ao partido no poder.

2 BRICS EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique há uma nova exploração neocolonial em curso. Não são os Estados Unidos ou a Europa que dominam. Trata-se de países vistos como concorrentes, a exemplo do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Isto é algo delicado de se afirmar, contudo, consideremos os fatos.

A África do Sul extrai 415 megawatts de energia em Moçambique, através da barragem de Cahora Bassa, construída pelos portugueses, que alterou permanentemente o fluxo do rio Zambeze, resultando em grandes inundações, cada vez mais frequentes nos últimos tempos. Nas recentes cheias no início deste

ano, uma mulher deu à luz no telhado de um hospital, depois de um incidente semelhante nas cheias de 2000, quando Rosita Pedro nasceu em cima de uma árvore.

A decadente fornecedora sul-africana de energia Eskom está envolvida na construção de mais barragens no rio Zambeze e tem interesse em comprar energia produzida na futura barragem de Mpanda Nkua, a jusante de Cahora Bassa. A maioria da energia produzida naquela barragem é vendida a uma empresa antigamente sediada na África do Sul, a BHP Billiton, a preços mais baixos do mundo, e em contrapartida, os empregos gerados são muito poucos e os lucros são todos repatriados para a nova sede da empresa, em Melbourne, na Austrália.

Depois de vários anos de extração terrestre de gás perto de Vilanculos, a Sasol, empresa petrolífera sul-africana criada pelo regime do apartheid, tem planos de exploração da maior reserva terrestre de gás na África, situada em Moçambique, a fim de servir à sua estratégia de aumento das exportações.

O Brasil também está presente em Moçambique. Para ele os negócios em Moçambique são mais facilitados uma vez que compartilha da mesma língua, em virtude da subjugação colonial de Portugal. O resultado é que a empresa brasileira Vale, que é a segunda maior mineradora e de metais no mundo, e um dos maiores produtores de matérias-primas em nível global, tem uma exploração na província de Tete, em Moçambique, numa zona situada entre Zimbábue e Malawi. Eles são tão espertos sobre suas operações em Tete que até foi negada entrada no Brasil a um ativista moçambicano que protestava contra a Vale, no ano passado, quando este pretendia participar da Cúpula Rio +20. Devolvido a Moçambique, só depois de um protesto mundial liderado pelo Amigos da Terra Internacional é que foi autorizado a voltar e participar da reunião.

Para além disso, a Índia também tem interesses em Moçambique. O grupo indiano Jindal, que atua no setor de mineração e de fundição de alumínio, tem os olhos postos no carvão moçambicano produzido em Moatize, e tem também planos bem avançados sobre a construção de uma central elétrica alimentada a carvão em Moçambique, uma vez mais para satisfazer as necessidades da elitizada economia sul-africana.

A Rússia também desempenha um papel muito importante em Moçambique. Apesar de haver reduzida informação sobre o envolvimento do governo e de corporações russas após a queda da União Soviética, houve sempre uma ligação através do grupo russo Eurasian Natural Resources Corporation, que explora metais não ferrosos em Moçambique. Ainda mais interessante, de acordo com o ministro russo dos Negócios Estrangeiros Sergei Lavrov, o governo russo acaba de investir cerca de 1,3 bilhão de randes em Moçambique, de modo a facilitar o desenvolvimento de capacidades de exploração ativa de hidrocarbonetos e outros recursos naturais.

E esta é a história de um país onde há investimentos de bilhões de randes feitos pelos BRICS e suas empresas, para extração de recursos minerais, cujo resultado, na verdade, é a exploração de riqueza. Moçambique irá em breve se juntar à lista dos países da região amaldiçoados pelos seus recursos, com o meio ambiente poluído e a estrutura de vida das pessoas alterada, tornando-as dependentes de decisões estrangeiras e não do poder político local e nacional. Este conjunto de explorações não vem ao acaso, é mais uma estratégia bem orquestrada para a mudança da agenda de desenvolvimento das elites da Europa, Estados Unidos e Japão, para o que atualmente chamamos de BRICS.

Referido posicionamento significa que o objetivo de superioridade econômica do BRICS será alcançado em nome do combate à pobreza. Não importa como denominamos este processo, imperialista, subimperialista, pós-colonial, ou o quer que seja, a verdade é que esses países estão desafiando as relações de poder no mundo, mas, infelizmente, o modelo escolhido para tal não é em nada diferente do modelo que resultou em pobreza em massa e no enriquecimento apenas das elites mundiais.

Este é o modelo de extração e desenvolvimento de capital intensivo, fortemente baseado na queima e exploração do carbono e de acumulação de riqueza pelas elites, por meio de programas de ajuste estrutural, também denominados por Consenso de Washington. O objetivo de criação do banco dos BRICS é também uma questão relevante. Trata-se de um assunto obscuro, não de conhecimento público. Exceto que, tal como ora referimos, estes países estão se unindo com os seus poderes corporativos para

decidir quem fica com o quê, nos países interiores do continente africano, na América Latina, na Ásia e nos Cárucos.

Prevê-se que até 2050 os BRICS façam parte das dez maiores economias do mundo, com exceção da África do Sul. Portanto, a questão que se coloca é, por que será que a África do Sul faz parte do BRICS? A resposta é simples. Em face da sua grande influência a África do Sul é uma porta de entrada das corporações para o continente, sejam estas empresas energéticas ou instituições financeiras.

Lembram-se das missões de paz de Thabo Mbeki? Bem, na verdade, nem todas foram missões de paz, tratava-se do estabelecimento de empresas sul-africanas em áreas de instabilidade, para que quando houvesse paz, estas fossem as primeiras instaladas para explorar os recursos desses países. Seria extremamente negativo se a África do Sul se deixasse usar apenas como porta de entrada para facilitar a extração de recursos e a exploração da África pelos BRICS, à semelhança do que atualmente faz o Ocidente. A questão que os sul-africanos devem se colocar é: Por que permitimos tudo isto? Nós também não temos a resposta.

Voltando à questão do combate à pobreza, a verdade é que, mesmo no seio dos BRICS, existe o maior fosso entre os pobres e as demais camadas, e essa lacuna tem aumentado. Evocar o alívio à pobreza é importante, mas o desafio é saber como os governos do BRICS pretendem tornar realidade tal objetivo, porque enquanto ficamos na conversa de alívio à pobreza, a realidade observada é outra.

Na nossa opinião, o que os BRICS fazem não é diferente do que o Norte tem feito com o Sul, mas, enquanto resistimos às práticas do Norte, devemos ser ousados o suficiente para aprender a resistir às mesmas práticas, porém por parte de alguns dos nossos países do Sul.

Sendo assim, o desafio crítico que se coloca à sociedade é compreender os BRICS tendo em conta tudo o que está em jogo. A sociedade civil deve analisar devidamente os objetivos, os processos, os resultados e as consequências da cúpula do BRICS e constituir uma crítica forte, de modo a exigir igualdade e não novas formas de exploração.

3 BRICS VISTOS A PARTIR DO ZIMBÁBUE

O Último Plano Econômico do Zimbábue, também conhecido como Zim Asset, identifica os BRICS como parceiros centrais para a recuperação econômica do país. Durante a última década houve um aumento significativo de investimentos russos, chineses e sul-africanos no setor extrativo do Zimbábue, contudo, a atividade de extração mineral tem sido caracterizada pela degradação ambiental, evasão fiscal, abusos de direitos humanos e por práticas de exploração de mão de obra. Ninguém sabe ao certo se o Zimbábue está se beneficiando dos investimentos do BRICS, nem se o governo tem objetivos claros ou uma estratégia realmente definida para tirar o máximo proveito do BRICS. Mesmo a tão aclamada política “Look East” parece mais um *slogan* político do que uma estratégia coerente.

O maior dilema agora é como reverter a extração mineral e a externalização de recursos, de modo a criar uma nova forma patriótica de acumulação de capitais obtidos da extração de diamantes, platina, ouro, cromo e outros recursos minerais. A fim de alcançar as metas ambiciosas de crescimento a dois dígitos para os recursos minerais, o governo de Mugabe propõe-se a estabelecer um Fundo Soberano, para atrair investimento estrangeiro direto, criar zonas econômicas especiais, continuar a aplicar o sistema multi-moeda, implementar estratégias de adição de valor (“beneficiamento”) e assegurar um melhor abastecimento de água e energia. Isto requer a recapitalização da Minerals Exploration Company, da Zimbabwe Mining Development Corporation e da Minerals Marketing Corporation of Zimbabwe.

Certamente serão necessários mais investimentos do BRICS, mas durante as últimas décadas, temos assistido a precedentes altamente controversos. As corporações dos BRICS constituem os três maiores investidores do Zimbábue: A China é que lidera a lista com investimentos estimados em cerca de 375 milhões de dólares, aprovados em 2013 pelo Zimbabwe Investment Authority (ZIA), seguida pela Rússia, com investimentos aprovados de cerca de 40 milhões de dólares, e a África do Sul, com cerca de 39 milhões de dólares. No vizinho Moçambique, corporações brasileiras e indianas não estão tão distantes na Província de Tete, a explorar carvão e a deslocar populações em grande escala.

3.1 China

Desde 2000, a China tem sido o maior investidor estrangeiro do Zimbábue. De acordo com a ZIA, desde 2010, seus investimentos contribuíram em cerca de 72% do investimento estrangeiro direto total. Em 2012, todo investimento acumulado da China no setor mineiro (ouro, diamantes e cromo) totalizou 583 milhões de dólares, ou seja, 62% de um total de 688 milhões de IED, em todo o setor mineiro no ano passado. A China é apologista pelo fato de o seu tipo de ajuda e investimentos não estar vinculado a nenhuma condição política ou econômica. Estes condicionalismos, quando impostos pelos EUA ou pela Europa, normalmente misturam cláusulas democráticas liberais com o ajustamento estrutural.

Este tipo de política foi imposto ao Zimbábue e foi parcialmente aceito pelo governo de Robert Mugabe, durante grande parte dos anos 1990. Contudo, à semelhança de outros países, fracassou também no Zimbábue, mas de forma incomum, Mugabe foi complacente a partir de 1997, durante uma série de levantamentos populares, e desde então tem variado entre autoritarismo e concessões à maioria da população. Tal como o Ocidente, a China precisa dos recursos naturais da África, porém seus investimentos não são condicionados ao cumprimento de exigências sobre direitos humanos e objetivos democráticos. Continua a haver relatos de abusos dos direitos humanos perpetrados por empregadores chineses contra funcionários locais, e acredita-se que os recursos provenientes de empreendimentos em co-propriedade com a China, nas minas de diamantes, são supostamente responsáveis pelos fundos que ajudaram Mugabe a contratar uma empresa israelita, a Nikuv, para minar a integridade das eleições de julho de 2013, que Mugabe ganhou confortavelmente.

A China se tornou um ator importante na economia do país através de *joint ventures* com empresas como Anjin Investments – envolvida com os militares nos campos de diamantes de Marange – e com a Sino-Zimbabwe Holdings, que anteriormente tinha também uma concessão em Marange. De acordo com um relatório recente da Global Witness, a Anjin detém as concessões de diamantes mais lucrativas. Um presente oferecido em contrapartida foram os 98 milhões de dólares cedidos para a construção da

Escola Superior de Defesa Nacional. Atualmente, a Sino-Zimbabwe explora cromo ao longo do cinturão Great Dyke.

3.2 Rússia

Existem algumas empresas russas a operar no setor mineiro do Zimbábue. Uma delas é a DTZ-OZGEO (Private) Limited, propriedade conjunta da DTZ- Development Trust of Zimbabwe (DTZ) e da russa, a Econedra Limited. Esta empresa está envolvida na extração de ouro e diamante em Penhalonga e em Chimanimani, respectivamente, e há várias reivindicações contra ela em todo Zimbábue, em lugares como Shurugwi e Bvumba. O maior produtor de diamantes do mundo, Alrosa (que produziu 26% dos diamantes do mundo em 2012), está à procura de um parceiro em *joint venture* para levar a cabo explorações geológicas em Marange.

No setor da platina, as organizações russas Rostec e Vneshekonombank fazem parte de um consórcio que detém 40% de um dos maiores campos de platina do mundo, situado no Zimbábue. Para além da África do Sul, que possui cerca de 80% de platina do mundo – e que desde o final de janeiro sofreu uma paralisação devido a greves sindicais – o único outro grande produtor de platina é a Rússia.

O depósito de platina de Darwendale inclui 19 toneladas de reservas confirmadas e 775 toneladas de metais, entre estes, paládio, ouro, níquel e cobre. A Ruschrome é parcialmente dominada pelo governo de Harare através do Exército Nacional do Zimbábue e do Centro de Cooperação Empresarial com Países Estrangeiros, uma associação de máquinas e empresas de defesa que detém uma participação de 10% no projeto. Atualmente, a Ruschrome está envolvida num outro projeto piloto de criação de uma mina de platina a céu aberto, em Darwendale. Contudo, a DTZ OZGEO tem tido um fraco desempenho em termos de transparência, gestão ambiental e responsabilidade social corporativa.

O próprio presidente Robert Mugabe expressou descontentamento com a natureza secreta das operações da DTZ OZGEO durante uma conferência pública da ZANU-PF, realizada em Mutare, em dezembro de 2010, e durante uma reunião com líderes tradicionais em Manicaland em 2011. Num tom de insatisfação, o presidente disse:

A empresa (Development Trust of Zimbabwe) aliou-se aos russos e requereu a exploração da mina de ouro em Mutare e teve autorização. Mais tarde mudaram-se para Chimanimani. Recentemente ouvimos que a DTZ e os seus parceiros russos extraíam ouro em Chimanimani, mas agora já não é só ouro, a extração também inclui diamantes. Ainda não recebemos quaisquer receitas por parte deles e dizem estar enfrentando algumas dificuldades. Recentemente tivemos uma conversa com alguns dos seus diretores durante nossa conferência pública aqui em Mutare e lhes dissemos que estavam a se isolar muito e que deviam ser mais transparentes. Prometemos acompanhar melhor o assunto porque queremos estar a par das suas atividades. Queremos que o nosso povo, muito em especial as crianças, se beneficiem das atividades desta empresa.

No entanto, decorreram mais de três anos e a DTZ OZGEO continua com as suas operações obscuras e a provocar muita degradação ambiental. Os residentes de Penhalonga estão em pé de guerra com a empresa por causa da destruição do curso de água do rio Mutare. Desde o início das operações de extração de ouro nas margens do rio Mutare, há mais de uma década que o seu leito se reduziu de um trecho de mais de 3 quilômetros para apenas um pequeno canal. Enquanto isso, toda a vegetação em ambas as margens desapareceu. As águas tornaram-se permanentemente turvas devido ao garimpo, apesar desta ser uma importante fonte de água para o consumo humano, para o gado, bem como para animais selvagens a jusante do rio.

Em agosto de 2013, a empresa foi temporariamente impedida de exercer atividades de mineração por estar degradando o meio ambiente, mas depois retomou as operações, voltando a fazer exatamente o que haviam sido punidos por estar fazendo. O próprio diretor da DTZ-OZGEO, Ismail Shillaev, falando durante uma entrevista coletiva a jornalistas em Mutare, no dia 24 de junho de 2011, não conseguiu explicar de forma convincente o teor das suas operações, tendo insistido apenas em referir que eles vendiam o seu ouro à Fidelity Printers. Permaneceu mudo quando lhe solicitaram informar a quantidade real de ouro extraída diariamente pela sua empresa. Quando abordado por autoridades locais como o Conselho Distrital Rural de Mutasa, Shillaev referiu que sua empresa realizara alguns trabalhos de desenvolvimento comunitário. Referiu terem recuperado algumas das estradas no distrito, contudo, a maioria das estradas locais continuam intransitáveis.

Uma visita de pesquisa à Escola Primária Tsvingwe em 2013 revelou evidente falta de responsabilidade social corporativa: havia crianças estudando a céu aberto, mesmo no auge do inverno, devido à falta de salas de aulas, e esta escola está localizada a apenas 1 quilômetro das operações da DTZ. A direção da escola também expressou sua insatisfação com a DTZ OZGEO, acrescentando que os pais da maioria dos seus alunos trabalhavam para esta empresa. Os próprios alunos também estão expostos a novos riscos ambientais, a exemplo do aumento dos níveis de poluição do ar, o desaparecimento da vegetação e estradas intransitáveis, em decorrência das operações da DTZ OZGEO.

Ademais, as operações de usurpação aliada ao fato de a DTZ não ser capaz de construir casas para seus próprios funcionários mostram uma empresa sem planos a longo prazo para a comunidade.

3.3 África do Sul

Em face da proximidade entre a África do Sul e o Zimbábue e as estreitas relações políticas ao longo de todo o século passado, muitas empresas sul-africanas têm investido no setor de mineração no Zimbábue. Os principais atores sempre foram as empresas De Beers, Gold Fields, Implats, Aquarius Platinum e Anglo American plc. As subsidiárias da Anglo American investem no Zimbábue há mais de sessenta anos.

Enquanto a De Beers tem sido apanhada em situações irregulares e obscuras em Marange, desde 1965 e 2006, a maioria dos investidores sul-africanos têm tido atitudes mais razoáveis em termos de segurança, saúde e preservação do meio ambiente e têm investido na alfabetização dos seus funcionários. Na verdade, como muitos pesquisadores observam, empresas sul-africanas que operam no setor da platina no Zimbábue oferecem melhores condições neste local do que nas suas sedes na África do Sul.

No entanto, o domínio de empresas sul-africanas sobre o setor da platina no Zimbábue, especialmente a Zimplats Implats, reflete a hegemonia econômica sul-africana naquele país. Até a recente proibição de exportação de platina na forma bruta, esta era assim exportada para a África do Sul, onde era refinada. Portanto, a África do Sul sempre ficou com os maiores ganhos do negócio da

platina extraída no Zimbábue. Isto justifica o domínio das empresas sul-africanas no setor de mineração do Zimbábue.

3.4 Índia

Embora os investimentos da Índia no setor dos recursos minerais do Zimbábue possuam um grande potencial, até agora têm sido prejudicados pela política. A Essar, uma empresa global indiana, surgiu como candidato preferido para a ZISCO – Zimbabwe Iron and Steel Company, em 2011, após um concurso internacional lançado pelo governo. Então criou-se a New Zim Steel que passaria a explorar as minas de ferro de propriedade de ZISCO Steel, de forma a reavivar a capacidade de produção da New Zim Minerals e da atualmente inoperacional fábrica de aço da ZISCO e agregar mais valor para que o país se torne líder mundial entre países produtores de ferro.

Dois anos já transcorreram e as operações ainda não se iniciaram devido a vários desafios. Destes, o principal é acerca dos direitos sobre uma reserva estimada em torno de 60 bilhões de dólares americanos em minério de ferro, localizada em Chivhu. O diretor presidente da Essar para a África, Médio Oriente e Turquia, Firdhose Coovadia, admite: “Sim, existem muitos desafios, e no nosso caso particular, é preciso ter em mente que estamos a lidar com patrimônio nacional, há muita emoção à volta.”

Outra empresa estatal indiana é a National Mineral Development Corporation (NMDC) que assinou memorando de entendimento com outra empresa zimbabueana, a Mosi-oa-Tunya Development Company (MtDC). Este memorando prevê a criação de uma *joint venture* com 50% de cada lado, para a extração de diamante, ouro, cromo e minério de ferro no Zimbábue. A NMDC, empresa com participação na Bolsa de Valores de Bombai, é a maior produtora indiana de minério de ferro, com uma produção de cerca de 30 milhões de toneladas por ano.

Há relatos de que a Mosi-oa-Tunya Development Company é uma empresa para fins especiais, sob o controle administrativo do ministro do Turismo Walter Mzembi. Não se compreende por que uma pessoa vinculada ao Ministério do Turismo pode assinar memorandos de entendimento para extração mineira, quando esta é prerrogativa do Zimbabwe Mining Development Corporation. É

este tipo de negociações não transparentes que prejudica o potencial de investimento a longo prazo e as relações com os BRICS e suas empresas. Há necessidade de se definir claramente as funções de todos os ministérios e departamentos do governo, para evitar confusão e corrupção.

3.5 Brasil

Apesar de não ser muito ativo nos principais investimentos no setor de mineração no Zimbábue, algo perto da fronteira oriental, a mineradora brasileira Vale possui um grande projeto de carvão cujas operações têm levantado sérias preocupações entre as comunidades afetadas pelo projeto. Esta empresa deslocou mais de 700 famílias moçambicanas em Cateme, que estão agora sob o controle da polícia, depois de uma repressão violenta quando de um protesto da comunidade em 2012.

Decepcionadas com o fracasso da Vale em cumprir as promessas feitas quando do reassentamento em 2009 e pela falta de resposta às suas preocupações por parte do governo, em dezembro de 2011, mais de 700 famílias de Cateme deram um ultimato à Vale e ao governo para atenderem suas exigências até 10 de janeiro, do ano seguinte, sob pena de mobilização de toda comunidade.

Em 10 de janeiro, mais de 600 pessoas bloquearam as linhas férreas e as estradas da região. A polícia reprimiu violentamente esta manifestação, resultando em vários feridos, pessoas presas, algumas das quais torturadas na prisão, de acordo com a ONG Justiça Ambiental, sediada em Maputo. Atualmente, essas vítimas da Vale vivem sem serviços básicos, alertou Jeremias Vunjanhe, ativista da Justiça Ambiental e Amigos da Terra Moçambique, numa entrevista à Rádio Mundo Real. Segundo referiu a Human Rights Watch, “em muitos casos, as pessoas perderam até a capacidade de produzir alimentos e acabam tendo de depender da esmola de empresas estrangeiras de carvão para seu sustento.”

A Vale é a maior produtora mundial de minério de ferro em pelotas, matéria-prima fundamental para a indústria de ferro e aço, e a segunda maior produtora de níquel. Desde 2007, detém a concessão do projeto de extração de carvão em Moatize, numa área considerada como uma das maiores reservas de carvão do mundo. O

projeto tem sido severamente criticado por ter deslocado mais de 1.300 famílias. Para além do centro de reassentamento de Cateme, o Centro 25 de Setembro abriga outras mais de 500 famílias.

Vunjanhe disse à Rádio Mundo Real que os habitantes de Cateme não têm acesso à água, à terra para a prática da agricultura nem transporte para atendimento médico. A questão do transporte é extremamente urgente, pois os moradores precisam regularmente ser deslocados para o hospital provincial da Vila de Moatize, a 40 quilômetros de distância, e o Centro de Saúde de Cateme só pode atender algumas das necessidades de saúde básicas.

Para a população de Cateme, o processo de reassentamento foi mal gerido e queixam-se da falta de cumprimento das promessas pela Vale, entre as quais a manutenção das suas casas durante os primeiros cinco anos do projeto. Exigem igualmente a construção de um sistema de abastecimento de água potável. Ademais, a empresa brasileira tinha prometido conceder a cada família afetada dois hectares de terra para prática da agricultura, mas esta promessa também não foi cumprida.

4 CONCLUSÃO

Em suma, é óbvio que empresas do BRICS têm intensificado o extrativismo em Moçambique, Zimbábue e em outros países africanos, numa proporção em que a riqueza do continente está sendo rapidamente pilhada, em grande parte devido a más práticas empresariais, incluído evasão fiscal, transferência ilegal de divisas e roubo escancarado de recursos minerais. As elites do BRICS, tanto líderes de alguns países como corporações – não são favoráveis à maioria dos africanos comuns, mas a seus próprios interesses. Sem uma estratégia clara de maximização dos ganhos e limitação de perdas, é mais provável que a África saia do BRICS pior do que entrou, tendo perdido seus bens mais preciosos, com seu meio ambiente destruído, mais debilitada e com maior corrosão política e com uma população muito mais pobre.

Tradução: Boaventura Monjane